

## Um olhar refinado sobre Empreendedorismo Feminino: o caso do Grupo Moeda de Troca

A refined look at Female Entrepreneurship: the case of the Moeda De Troca Group

*Isabela Messias Calixto*<sup>1</sup>  
*Michelle de Castro Carrijo*<sup>2</sup>  
*Frederico Rafael Vargas Rocha*<sup>3</sup>

### Resumo

A união do empreendedorismo à mulher é fruto da evolução de mercados econômicos e de espaços socioculturais. Por se tratar de uma conjuntura tão dinâmica, mas que ainda possui camadas que reproduzem práticas e comportamentos segregacionistas, a pauta de empreendedorismo por mulheres precisa constantemente ser ponderada. Para tanto, buscou-se identificar e analisar as principais características, motivações e desafios de mulheres participantes do grupo Moeda de Troca, criado em Uberlândia-MG, que embarcaram em uma jornada empreendedora. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual realizou, em 2022, de forma online, 178 entrevistas junto às mulheres que compõem esse grupo, bem como análises documentais em conjunto à técnica de análise de conteúdo. Como resultado, constatou que a maior parte das mulheres possuem mais de 36 anos, possuem um maior grau de instrução (graduação e/ou pós-graduação) e que buscam por independência financeira, satisfação no trabalho e maior flexibilidade de horários. Ademais, foram mencionados aspectos como o preconceito, falta de apoio de familiares e sobrecarga de tarefas profissionais e domésticas, como principais dificuldades presentes em suas rotinas, evidenciando que, apesar do caminho para o empreendedorismo feminino estar mais facilitado atualmente, ainda há cobranças e discriminações da sociedade que obscurecem a sua jornada empreendedora. As principais contribuições estão relacionadas à melhor compreensão do assunto a fim de tornar a gestão empreendedora cada vez mais acessível à mulher, fornecendo insights, tanto para gestores, quanto para atores institucionais que almejam estimular o empreendedorismo por mulheres como ferramenta de empoderamento e desenvolvimento - cultural, econômico e social.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo feminino. Jornada empreendedora. Moeda de Troca.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0053-7153>. E-mail: [isabelamessiascalixto@ufu.br](mailto:isabelamessiascalixto@ufu.br).

<sup>2</sup> Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3606-0780>. E-mail: [michellecarrijo@ufu.br](mailto:michellecarrijo@ufu.br).

<sup>3</sup> Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2591-1495>. E-mail: [frederico.vargas@ufu.br](mailto:frederico.vargas@ufu.br).

**Abstract**

The union of entrepreneurship with women is the result of the evolution of economic markets and sociocultural spaces. Because it is such a dynamic situation, but one that still has layers that reproduce segregationist practices and behaviors, the agenda of entrepreneurship by women needs to be constantly considered. To this end, we sought to identify and analyze the main characteristics, motivations and challenges of women participating in the Moeda de Troca group, created in Uberlândia-MG, who embarked on an entrepreneurial journey. This is a qualitative research study, which conducted 178 online interviews with the women who make up this group, as well as document analysis together with the content analysis technique. As a result, it was found that most of the women are over 36 years old, have a higher level of education (undergraduate and/or postgraduate) and seek financial independence, job satisfaction and greater flexibility of schedules. Furthermore, aspects such as prejudice, lack of support from family members and overload of professional and domestic tasks were mentioned as the main difficulties present in their routines, showing that, although the path to female entrepreneurship is now easier, there are still demands and discrimination from society that obscure their entrepreneurial journey. The main contributions are related to a better understanding of the subject in order to make entrepreneurial management increasingly accessible to women, providing insights for both managers and institutional actors who aim to stimulate entrepreneurship by women as a tool for empowerment and development - cultural, economic and social.

**Keywords:** Female entrepreneurship. Entrepreneurial Journey. Currency of Exchange.

\* \* \*

**1 Introdução**

Ao longo dos anos, em meio a um terreno polarizador de oportunidades, a mulher vem ocupando novos espaços que a segregação por gênero não a contemplava. A criação de normativas legais trouxeram maior segurança e garantia de liberdade, todavia, não foram suficientes para garantir a equiparidade de condições no mercado de trabalho.

Essa realidade, que é predominante em diversas regiões do mundo, tem levado muitas mulheres em uma busca desafiadora por autonomia, realização e independência financeira. A atividade empreendedora, pautada por um leque de oportunidades para desenvolver um novo negócio, tem sido fortemente aderido pela mulher nos últimos anos (GEM, 2023). Tal fato evidencia uma necessidade de investigar a realidade da mulher empreendedora no mundo moderno, em que as disparidades no mercado de trabalho continuam evidenciando traços de uma sociedade conservadora,

que ainda desconsidera o trabalho como caráter social e fundamental da vida de todos indivíduos, independente do gênero.

Com base nessa contextualização, este estudo de caso tem como objetivo descrever e analisar as principais características, motivações e desafios de mulheres do grupo Moeda de Troca, criado em Uberlândia-MG, que embarcaram em uma jornada empreendedora. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa com abordagem qualitativa, em que os critérios de escolhas para coleta e tratamento de dados foram feitos com base em fenômenos e processos sociais, visto que o tema possui uma subjetividade que precisa ser considerada.

A coleta de dados foi feita aplicando um questionário on-line, em junho de 2022, para mulheres empreendedoras participantes do grupo Moeda de Troca. O tratamento do material foi realizado por meio de análise de conteúdo, seguida por interpretação e inferência com a teoria. Isso porque priorizou-se uma análise que fomentasse os debates existentes sobre o tema e que ainda trouxesse dados originais para buscar constatações que podem agregar a literatura existente.

A estrutura do estudo foi moldada para englobar aspectos importantes da literatura que pudessem respaldar a interpretação dos resultados. Inicialmente, foi apresentado os aspectos históricos sobre a evolução da mulher na sociedade. A seguir, contemplou-se o empreendedorismo para apresentar seus conceitos fundamentais, que, posteriormente, foi relacionado a uma perspectiva de gênero, qual seja a do empreendedorismo por mulheres.

Após o esteio teórico do estudo, foram apresentadas as escolhas metodológicas que deram o caráter científico ao estudo. Posteriormente, foram apresentados os resultados e uma análise baseada na teoria sobre o tema. Com isso, o estudo contribui para que a evolução da mulher na sociedade continue acontecendo e não seja posta como algo que foi cessado no passado. A realidade das mulheres empreendedoras precisa ser, de fato, refletida e considerada como pauta necessária para os tempos hodiernos.

## **2 Referencial Teórico**

### *2.1 A evolução da mulher na sociedade*

Por muito tempo, a mulher foi tratada como um ser a parte na sociedade: não podia estudar, trabalhar, votar, frequentar qualquer lugar, vestir-se como queria, ou seja, era desprovida de inúmeros direitos. A história de suas conquistas aconteceu de forma evolutiva e gradual, marcada por uma negação da importância de discutir aspectos sobre a imposição de padrões e estigmatização dos sujeitos (Freitas; Costa, 2020).

Essa trajetória de luta foi inserindo, ao longo do tempo, a mulher na sociedade como cidadã e buscando aproximar seus direitos ao do homem (Gitahy; Matos, 2008). Entretanto, a consistência da ideia de que mulher poderia ocupar espaços imagináveis por conservadores de um sistema patriarcal, e poderia atuar em distintos setores da economia, até hoje não garante uma efetiva paridade de condições de salário, tratamento e desenvolvimento de carreira (Freitas; Costa, 2020; Oliveira; Dib, 2020).

Para Julião e Dutra (2020), a ascensão das forças conservadoras diante da crise na sociedade do capital se opõe à classe trabalhadora, colocando os avanços relacionados com a diversidade de gênero no mercado de trabalho em xeque. Nessa linha, faz-se necessário compreender aspectos da evolução do papel da mulher na sociedade para compreender o contexto contemporâneo.

É fato que a configuração do mercado de trabalho contemporâneo, mais democrático e inclusivo, foi consolidado às custas de uma trajetória injusta e discriminatória. Por isso, levam-se em consideração neste estudo aspectos que contribuem com a estruturação de um esteio histórico, capaz de elucidar a fenômenos culturais em torno da segregação de gênero.

No oriente, por exemplo, a segregação da mulher teve início na antiga Assíria (Burns, 1977). A mulher era tratada como um bem do marido, por isso, somente o homem detinha direitos, como o divórcio. Além disso, ele

ainda tinha a permissão à poligamia e suas cônjuges só podiam sair de casa se cobertas com um véu na face (Burns, 1977). Já na antiga sociedade grega, a mulher era privada de seus direitos, em caso de transação jurídica ou compra e venda de imóveis deveria ser representada por um tutor, que no caso deveria ser por um homem da família (Canezin, 2004).

Assim como em diversos países, no Brasil Colônia a mulher também era vista como indivíduo inferior, por isso, desempenhava papéis submissos ao homem. A negra era ama de leite, vivia na casa-grande, prestava serviço e ainda era submetida à violência sexual. Enquanto isso, a mulher branca apesar de ser vista como a elegância da sociedade, não tinha acesso à educação e ainda precisava lidar em silêncio com a poligamia de seu marido, o qual mantinha relações sexuais com índias e escravas (Baseggio; Silva, 2015).

Por conseguinte, a mulher era tida, por muito tempo, como propriedade do homem, posta como dependente e submissa a esse. Essa questão estava presente em todo o mundo, era perceptível a condição inferior da mulher em relação ao homem, ainda que em graus diferentes - mulher branca e negra. Dessa maneira, a mulher teve por muito tempo um lugar na família em que era responsável pelo espaço dos cuidados domésticos, sempre em obediência ao marido e sem acesso à alfabetização (Canezin, 2004).

Quando menina, ela era ensinada apenas a realizar as prendas domésticas e condicionada para a virtude de obediência ao futuro esposo, uma vez que “o namoro e noivado eram um ritual onde a jovem aprendia a ser submissa ao futuro marido, como fora ao pai” (Canezin, 2004, p. 147).

Contudo, ao longo da história, inúmeras mulheres foram contrárias a essa condição de submissão e se rebelaram com o intuito de conseguir liberdade e direitos, porém, muitas pagaram com a própria vida por essa luta por igualdade. Pinto (2010) ressalta que foi somente no final do século XIX que ocorreu a primeira onda do feminismo. Iniciada na Inglaterra, a mulher chamada de *suffragette* lutou por seus direitos por meio de várias

manifestações e conquistaram em 1918, no Reino Unido, o direito ao voto. Enquanto no Brasil, o direito ao voto só foi conquistado em 1932, por meio da promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro (Pinto, 2010).

Desse modo, vários aspectos culturais, de diversas regiões do mundo, assemelham-se no sentido de não reconhecer a mulher como sujeito crítico, apto para exercer direitos civis, além disso, há fatores socioeconômicos de cada região que impactam na evolução da mulher. Por exemplo, para tratar da evolução da mulher na sociedade brasileira é preciso considerar os efeitos gerados pela abolição tardia da escravidão, pela revolução industrial, pelas crises econômicas, pela ditadura militar e pela predominância de religiões com fundamentos patriarcais (Julião; Dib; Oliveira, 2021).

De acordo com Julião, Dib e Oliveira (2021), essas consequências envolvem: elevada desigualdade de renda, altas taxas de analfabetismo e abandono escolar, baixa qualificação de mão de obra feminina e pouco incentivo para a independência financeira da mulher. Tais aspectos se manifestam de forma estrutural na sociedade e ainda mantém uma cultura com mentalidade conservadora. Isso faz com que a paridade de direitos e condições de trabalhos da mulher se manifeste de forma diferente de países que evoluíram nesses fatores macroambientais que envolvem o tema.

Foi somente em 1934 que a mulher brasileira conquistou por lei o direito à assistência médica e ao descanso (antes e depois do parto), bem como houve a proibição do trabalho em condições de insalubridade e a distinção de salário em decorrência do gênero (Gitahy; Matos, 2008). Segundo Matos (2005), só depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que a mulher passou a ocupar espaços, antes considerados apenas masculinos, já que os homens foram para a guerra e muitos não voltaram para casa, ou voltaram mutilados, ficando impossibilitados de trabalhar e sustentar suas famílias. Diante disso, a mulher brasileira passou a adquirir mais espaço dentro da sociedade e ganhou, por exemplo, mais autonomia para dedicar tempo para um ofício sem ser o do lar.

A partir da década de 1960, as mulheres passaram a se unir e a juntar forças para conseguir voz perante a sociedade buscando ter suas ideias respeitadas. Isso aconteceu, principalmente, porque elas não queriam ter que voltar a ficar exclusivamente em casa e desempenhar o papel de submissão, por isso, passaram a lutar juntas para assegurar igualdade e independência (Miranda, 2013).

No Brasil, em 1962 a mulher obteve outro avanço: o Estatuto da Mulher Casada, que representou um marco na história de luta pela igualdade de direitos entre mulher e homem, pois aboliu da legislação brasileira a condição de inferioridade e dependência perante o marido e ainda de incapacidade feminina, igualando-a ao silvícola (indígena). Esse estatuto, trouxe o princípio do livre exercício de profissão - ingresso ao mercado de trabalho e maior poder econômico, o usufruto vidual - usufruto dos bens deixados pelo marido falecido e o direito a guarda dos filhos mesmo que considerada “culpada” pelo divórcio (Canezin, 2004).

Esse documento levou 10 anos para a sua elaboração e foi consolidado em meio de muitos debates dentro de um sistema legislativo composto, majoritariamente, por homens. Para Campobiano (2015), o estatuto trouxe liberdade, mas gerou uma outra grande limitação - as esposas perdiam o acesso à renda dos maridos por conta da escolha de comunhão parcial de bens e a maioria delas não trabalhavam. Representou, ainda, uma grande barreira econômica, uma vez que, embora o marido não tivesse possibilidade legal de proibir, grande parte das mulheres brasileiras casadas eram do lar e o trabalho era visto como uma opção em casos de extrema necessidade financeira, já que o ofício da mulher deveria ser exclusivamente maternal (Campobiano, 2015).

A pouca participação da mulher no sistema legislativo fez com que os avanços legais fossem extremamente lentos. Após quase 60 anos da conquista do direito ao voto é que a mulher brasileira teve uma concepção de igualdade representada pela Constituição Brasileira de 1988. Em 2002, foi

publicado um Novo Código Civil, que trouxe importantes alterações tais como o abandono da visão patriarcal presente no Código Civil de 1916 revogado, em que o casamento era visto como a única maneira de constituir-se uma família, na qual o marido era considerado superior, e conseqüentemente, a mulher inferior e submissa.

Sendo assim, é perceptível que, após anos de luta por igualdade de direitos e superação da condição de inferioridade, houve uma evolução nas legislações. Entretanto, não é essa alteração na teoria que foi suficiente para eliminar a segregação por gênero na prática. Para Julião, Dib e Oliveira (2021), ainda é uma luta que permanece em diversos lugares do mundo, principalmente no Brasil, devido à conjuntura social, política e econômica, que legitimam uma vertente neoliberal opressora e excludente.

Isso se dá, principalmente, pela naturalização das desigualdades por meio da apropriação de parâmetros opressores às minorias sociais, como justificativa para a sobreposição de classes (Menezes, 2018). Atualmente, sob uma ótica de direitos fundamentais, literaturas e em documentos oficiais de entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecem a mulher como minoria social. Considerar a mulher como minoria não significa considerar a quantidade de pessoas envolvidas na questão, mas sim considerar a situação de desvantagem social que se repercute, de forma estrutural, e que ainda está distante de acabar (Denora; Machado, 2017).

Levando em conta o que ocorreu no Brasil, a mulher conquistou, em teoria, o direito de estudar, trabalhar, votar e não estar mais subjugada a tarefa doméstica e ao casamento. Ademais, é impossível desconsiderar as lacunas existentes entre o direito e a prática da igualdade de condições de oportunidades de vida e de trabalho. Hoje, a mulher tem seus direitos garantidos por lei, mas ainda há obstáculos como o acúmulo de funções, diferenças salariais entre homem e mulher, discriminação e preconceito quanto à ascensão profissional (Arantes, 2010).

O termo “teto de vidro” foi criado para representar as barreiras, não explícitas, que existem dentro de empresas, que dificultam e muito, a ascensão da mulher para cargo de liderança dentro de organizações (Andrade, 2010), marcado pelo preconceito com a maternidade (Oliveira; Dib, 2021). Mesmo para a mulher que não possui filhos, somente por estar em um casamento, ainda é subentendida uma dificuldade em se ausentar frequentemente de casa e dos cuidados com o lar para viagens a trabalho (Oliveira; Dib, 2021).

A opção por um homem para cargos de liderança é pautada, por muitas vezes, por um julgamento de que a mulher como indivíduo não se controla emocionalmente e está sempre suscetível a se envolver em escândalos, por isso, não garante a segurança que os gestores estão buscando para efetivar negociações (Oliveira; Dib, 2021).

Segundo a pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2019, dentre as maiores 500 empresas do mundo, apenas 5,4% delas têm mulheres como CEO'S e 20,1% em cargos de diretoria. Somente 11% dessas mulheres recebem uma remuneração compatível como um homem no mesmo cargo. O mesmo estudo aponta que, apesar da discrepância salarial, há muitas mulheres em cargos de liderança que possuem um grau maior de instrução do que dos homens, mas ainda sim recebem salários mais baixos (OIT, 2019).

Dentre as profissões com maior concentração de mulher, a pesquisa da OIT de 2019 destacam-se: empregadas domésticas, cabelereiras, cozinheiras, enfermeiras e professoras do ensino infantil. Enquanto para homens, as profissões com maior concentração masculina foram: médicos, investidores, engenheiros, pilotos aéreos e professores universitários.

Com isso, nota-se um cenário em que a mulher continua a ser desfavorecida e com retorno salarial menor, mesmo que trabalhando na mesma posição profissional. Assim, apesar da liberdade para exercer o ato laboral, a mulher dos tempos atuais ainda possui dificuldades para ascensão de carreira,

levando muitas outras a aderirem ao empreendedorismo como alternativa a essa questão.

## *2.2 Um olhar refinado sobre empreendedorismo*

Antes de trazer elementos que elucidam o avanço da mulher em uma atividade econômica marcada por riscos oriundos pela competitividade aguçada em vários setores, faz-se necessário avançar em uma compreensão mais refinada sobre o empreendedorismo. Mais do que apresentar o que o processo empreendedor se consiste, optou-se por trazer à luz aspectos que permitam elucidar a evolução do empreendedorismo, com recorte especial à mulher brasileira, bem como o perfil dos empreendedores no contexto contemporâneo.

Embora alguns acreditem que o campo de estudos sobre empreendedorismo seja relativamente novo, os primeiros pensamentos sobre o conceito não são. De acordo com Landström, Harirchi e Aström (2012), o empreendedorismo é tão antigo quanto o intercâmbio e comércio entre as pessoas na sociedade, porém não era tema de discussão como nos dias atuais, e somente com a evolução dos mercados econômicos que os estudiosos começaram a ter interesse sobre o tema.

Alguns estudos defendem que o termo empreendedorismo teve origem na Idade Média, em que assumia o conceito de alguém que gerenciava projetos de produção, utilizando os recursos que estivessem disponíveis no momento (Dornelas, 2023; Hisrich; Peters; Shepherd, 2009).

No século XII, o termo passa a ser relacionado com os indivíduos incentivadores de brigas. Já no século XVII, o conceito muda, e passa a corresponder aos indivíduos que assumiam riscos e que realizavam acordos contratuais com o governo. No século XVIII, surge a diferenciação entre empreendedor e capitalista por conta da industrialização que estava em curso. E, entre o final do século XIX e começo do século XX, os

empreendedores passam a ser confundidos com administradores e gerentes e também a ser diretamente associados com a inovação, aliada a compreensão de oportunidades (Dornelas, 2023; Hisrich; Peters; Shepherd, 2009; Landström; Harirchi; Aström, 2012).

Para Hisrich, Peters e Shepherd (2009) hodiernamente, o empreendedorismo é visto como um processo de criar algo que tenha valor, com dedicação de tempo e esforços, para alcançar a satisfação e independência econômica e pessoal, assumindo os riscos psíquicos, financeiros e sociais. Com a intensificação de ferramentas digitais, Castro (2014) alega que os processos dos novos empreendimentos estão sendo modificados do começo ao fim, uma vez que os empreendedores se apoiam em recursos on-line para fases como: criação de ideias, previsão de demandas, mapeamento de concorrentes, proteção da propriedade intelectual e divulgação.

Mais especificamente, as etapas fundamentais que constituem o chamado processo empreendedor, são divididas em: (i) identificação e avaliação de uma oportunidade para entender o retorno que poderá ter e os riscos que serão assumidos; (ii) desenvolvimento de um plano de negócios com o intuito de estudar se é viável a criação do empreendimento; (iii) captação de recursos; e, (iv) gerenciamento do negócio após abertura da empresa (Dornelas, 2023; Hisrich; Peters; Shepherd, 2009).

Por conseguinte, o processo empreendedor é pautado por um pensamento estratégico que precisa ser considerado. Até porque um empreendimento que passa por etapas fundamentais, como a de adquirir conhecimento sobre a situação dos concorrentes, contemplará aspectos muito importantes sobre o setor de atuação que está. Além disso, não se pode deixar que a facilidade para empreender nos dias atuais deixe os empreendimentos sem alinhamento para a captação de recursos e definição de estratégias de crescimento (Hisrich; Peters; Shepherd, 2009). Assim, para que esse processo, que tem como intuito desenvolver um novo negócio, de

fato, funcione e seja colocado em prática, é necessário que o empreendedor realize a função de dar andamento as suas respectivas etapas.

Para tratar do empreendedor em si, optou-se por adotar a definição trazida pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o qual se descreve como: qualquer sujeito que esteja na tentativa de criar um novo empreendimento, seja como uma atividade autônoma e individual ou uma expansão de um empreendimento já existente em conjunto, ou seja, apresenta uma visão ampla por incluir empreendedores de diferentes matrizes e setores, com negócios físicos ou on-line, formalizados ou não (GEM, 2019).

Para a pesquisa GEM (2019), todos indivíduos chamados empreendedores são pessoas que identificam oportunidades ou necessidades de consumo e criam ou já criaram qualquer tipo de empreendimento, desde os mais simples até os mais inovadores. Cabe ressaltar que não é preciso que esses indivíduos sejam líderes de um negócio estruturado e de sucesso, e muito menos que precisam estar realizados e satisfeitos, caso sejam proprietários de um empreendimento.

Atualmente, estima-se que tenha 48 milhões de empreendedores potenciais no Brasil, considerada a segunda maior estimativa absoluta, atrás apenas da Índia que alcançou 106 milhões. Sendo que desses, 42 milhões são compostos por empreendedores iniciais/estabelecidos (GEM, 2023). Ao longo dos anos, o número de empreendedores nascentes cresceu significativamente, bem como a qualificação desses por meio de um maior nível de escolaridade. Entretanto, a falta de incentivo e de condições sociais e econômicas favoráveis para a formalização e crescimento dos novos negócios faz com que muitos dos empreendedores não se estabeleçam no mercado (GEM, 2023).

Nesse sentido, ao considerar os dados provenientes por gênero, têm-se os homens (38%) com elevada representatividade na Taxa de Empreendedorismo Total (TTE) quando comparada às mulheres (22,6%). O

mesmo ocorre quando se analisa a Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA), sendo os homens (22,8%) e as mulheres (14,7%), cujos dados relevam que para cada 10 mulheres que empreendem existem 16 homens (GEM, 2023).

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, Empreendedores Estabelecidos (EBO) são aqueles que mantêm seu negócio consolidado, com pagamento de salários em dia, tributos e fornecedores por mais de 3,5 anos. Assim, nota-se a maior disparidade nas taxas entre homem e mulher, pois a taxa de empreendedores do gênero masculino (15,9%) é praticamente o dobro da taxa feminina nesse estágio do empreendimento, cujos dados inferem que se pode esperar ao longo do tempo um avanço ainda maior da participação da mulher no empreendedorismo brasileiro.

### *2.3 Empreendedorismo por mulheres*

Para aprofundar-se no empreendedorismo por mulheres, optou-se por discorrer sobre uma breve introdução que vislumbre o ato de empreender, e ir mais além, com o intuito de elucidar a variedade de possibilidades e reinvenções que essa prática abrange. Posteriormente, associar a mão de obra de mulheres com o empreendedorismo como fonte de renda.

O ato de empreender, comumente confundido com outras atribuições do mercado, como a do ato de administrar, envolve uma contenda bem mais ampla e arriscada (Schmidt; Bohnenberger, 2009). Isso porque empreender exige uma visão estratégica de elementos internos e externos que vão potencializar as chances de sucesso de um negócio e prever riscos e barreiras (Dornelas, 2023; Schmidt; Bohnenberger, 2009).

Sendo algo que não se finda em ações operacionalizadas, o empreendedor depende inteiramente de seu desempenho para buscar ferramentas, tendências de negócios, inovações, técnicas e profissionais que se envolvam com a proposta do modelo de negócio (Schmidt; Bohnenberger,

2009). Pode-se dizer que é um trabalho que exige alto empenho, que não proporciona um roteiro de demandas de trabalho e estabilidade, já que é uma atividade dinâmica e que precisa de constantes ajustes para acompanhar o desenvolvimento da sociedade (Dornelas, 2023).

Por outro lado, a dinamicidade do ato de empreender concede espaço para a criatividade, inovação e originalidade. Para Castro (2014), a nova geração de empreendedores, aliada aos recursos tecnológicos, vem revolucionando a concepção de conhecimento e criatividade dos seres humanos, sendo um marco de avanço histórico no mundo dos negócios.

Schmidt e Bohnenberger (2009) afirmam que existem dois tipos de empreendedorismo: por oportunidade e por necessidade. No caso do primeiro, trata-se do indivíduo que possui uma ideia inovadora para o mercado, utilizando-se dessa oportunidade para criar algo, elaborando um bom plano para entender os desafios e ameaças do negócio. Já no segundo tipo, o indivíduo procura maneiras de suprir necessidades básicas, como por exemplo, recursos para conseguir sobreviver. Esse último, motivo pela falta de acesso a oportunidade de trabalho formal como empregado, necessidade de recursos financeiros para arcar com as demandas da sobrevivência, demissão e desemprego etc. (Dornelas, 2019).

Nos estudos de Fernandes (2019) foi constatado que a mulher se enquadra majoritariamente no perfil que empreende por necessidade. Isso porque encontrar um espaço em mercados tão competitivos é ainda mais complicado quando há discriminação por gênero. Essa, em muitas vezes, é manifestada por comportamentos culturais que refletem no surgimento de barreiras que dificultam o crescimento de um empreendimento.

Esses achados são corroborados pela pesquisa GEM (2023), a qual revela uma diferença entre a motivação mais intensa entre homem e mulher ao empreender; para ele, “fazer a diferença no mundo” fica na primeira posição, com quase 77%, ao passo que para ela, “ganhar a vida porque os

empregos são escassos”, com 79,4%, representa um fator motivacional mais relevante.

Assim, o fator necessidade torna-se um impulsionador do empreendedorismo por mulheres brasileiras porque há reflexos das crises financeiras e sociais da sociedade que impedem com que elas encontrem boas vagas de trabalho. As opções de emprego formal, em sua maioria, desconsideram que ainda há muitas mulheres que são unicamente responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos, por isso, precisariam de uma certa flexibilidade para conciliar suas tarefas (Fernandes, 2019).

Para tanto, a distribuição igualitária de tarefas entre parceiros é uma forma de combater a sobrecarga de tarefas incumbida à mulher, mas ainda assim não elimina o preconceito de gestores conservadores e patriarcais, por se tratar de um problema estrutural, e uma mudança efetiva nesses aspectos é ainda mais lenta senão tiver apoio de políticas públicas e movimentos de conscientização da sociedade (Oliveira; Dib, 2021).

Tratando-se do empreendedorismo por mulheres, Rodrigues, Gaspar e Herlander (2020) constataram que esse surgiu da incessante busca por mudanças em padrões sociais segregacionistas. A busca por maior independência, visibilidade e ascensão financeira são marcadas no século XX, mas somente na transição para o século XXI que os conflitos entre gênero, trabalho e família impactaram em uma atividade profissional feminina mais marcante e independente (Freitas; Costa, 2020; Rodrigues; Gaspar; Herlander, 2020).

Cabe ressaltar que o empreendedorismo por mulheres não se manifesta com a mesma intensidade em todas as regiões do mundo. Países como a Índia, a China e os Estados Unidos possuem uma diferença significativa entre empreendedores do gênero feminino e masculino (GEM, 2017), no caso do Brasil, indubitavelmente, a mulher continua em posição desfavorecida (GEM, 2023).

É fato que as características econômicas, culturais, sociais e políticas de cada país influenciam nas diferenças regionais dos dados que demonstram a participação da mulher no mercado de trabalho e no ato de empreender. Ademais, dados da pesquisa GEM (2019) ressaltam a necessidade de abordar essas questões por meio de políticas públicas gerais e essenciais, assim como há unanimidade mundial na promoção de políticas educacionais e de saúde. Até porque há políticas econômicas voltadas para a sociedade que visam aquecer mercados regionais, e poderiam ser voltadas para a equiparação de gênero no mercado.

Vale destacar que, apesar da consistente contribuição da mulher nas estatísticas do empreendedorismo, a participação do homem ainda é mais expressiva, já que o índice de negócios que se mantem ao longo dos anos empreendidos pelo homem é 4 vezes maior do que o da mulher (GEM, 2019). Isso quer dizer que, apesar da significativa participação da mulher, os empreendimentos já surgem condicionados a uma estimativa alta de fracasso devido ao gênero.

Apesar de o conceito de empreendedorismo não fazer distinção de gênero, as pesquisas acadêmicas indicam que as atividades empreendedoras desenvolvidas por mulheres enfrentam barreiras discriminatórias que emergem de estereótipos distintos, sejam culturais, sociais ou econômicos (Kapinga; Montero; Mbise, 2019).

Dentre os diversos fatores socioeconômicos que podem influenciar no fechamento dos empreendimentos, Pinto (2010) evidencia que a dificuldade para se manter no mercado se deve, em muitas das vezes, às condições econômicas instáveis, aos estereótipos de gênero e aos fatores culturais, que inibem o desenvolvimento do negócio. O empreendedorismo por mulheres é considerado um campo de estudo novo e complexo devido ao seu caráter comportamental. Sem embargo, com o crescimento do número de empreendedoras mulheres, é possível identificar a existência de um processo

evolutivo de quebra de preconceitos e paradigmas relacionados às mulheres que exercem essa profissão (Almeida; Gomes, 2011).

Quanto às características socioeconômicas dos empreendedores brasileiros segundo o gênero, a faixa etária com maior representatividade ao Empreendedorismo Inicial (TEA) são as mulheres (48,8%) de 35 a 54 anos, já os homens (41,5%) com a mesma faixa etária ficam em posição inferior (GEM, 2023). Para Rodrigues, Gaspar e Herlander (2020), isso ocorre por conta das dificuldades que a mulher encontra ao se estabelecer no mercado de trabalho, uma vez que para o homem isso sucede mais facilmente.

Os estudos de Machado (2012) já apontavam uma certa discriminação por gênero pela sociedade ao escolher o empreendimento para aquisição de produtos/serviços. Segundo o autor, isso transcorre pelo fato de que empreendedores são benquistos pela sociedade, mas ainda há uma forte associação dessa profissão com o gênero masculino, principalmente, se o ramo escolhido para atuação abranger atividades consideradas “não adequadas para mulheres”. Para exemplificar, a atividade de “cabelereiros e outras atividades de tratamento de beleza” foi a mais representativa para as mulheres (13,2%), ao passo que para os homens (8,9%) foi a de “restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas” (GEM, 2023).

Lamentavelmente, a segregação por gênero ainda ultrapassa as atividades domésticas, e essa divisão injusta de tarefas, tanto em casa quanto no trabalho, faz com que a mulher seja colocada em uma posição desfavorável para seu reconhecimento social (Strobino; Teixeira, 2014). Todavia, para Micozzi e Lucarelli (2016), a maior adesão das mulheres ao empreendedorismo está, vagarosamente, alterando aspectos culturais da sociedade, uma vez que elas estão fortalecendo o mercado de trabalho com a sua participação e exercendo um papel que é de extrema importância para a aceleração econômica de um país (Micozzi; Lucarelli, 2016).

Por isso, pode-se dizer que, ao tocante às mulheres empreendedoras, o que se evidencia é uma evolução, porém uma evolução lenta e pautada por muitos preconceitos. Rodrigues, Gaspar e Herlander (2020) alegam que, apesar de serem motivadas, em muitas vezes, por necessidade, as mulheres passaram a ver o empreendedorismo como uma forma de realização pessoal, identificação e complemento de renda, ou seja de empoderamento econômico feminino (Lima et al., 2021).

Para Micozzi e Lucarelli (2016), as mulheres veem no empreendedorismo, mesmo que informalizado, condições mais favoráveis dentre as oferecidas pelo emprego formal, visto que ele permite que elas escolham um setor de atuação com o qual se interessam e com menos conflitos organizacionais provenientes pela segregação de gênero. Sendo assim, as características de protagonismo, emancipação financeira e amadurecimento são consequências do aumento da participação da mulher no empreendedorismo, as quais precisam ser consideradas como um avanço social (Micozzi; Lucarelli, 2016).

Dado o exposto, nota-se que o empreendedorismo por mulheres é um tema que vem sendo intensificado na sociedade brasileira e, por isso, ainda precisa compor debates e ser objeto de estudos que reflitam seus principais aspectos. Isso porque atenuar a segregação por gênero e a dependência financeira da mulher é um compromisso histórico que exige transformações em esferas econômicas e sociais (Freitas; Costa, 2020).

Com fins de ampliar essa discussão e contribuir com dados que possam servir como base de novas mudanças referentes ao tema, a seguir será apresentado os procedimentos metodológicos deste estudo, os quais servirão de base para alcançar com o objetivo proposto.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

Este estudo possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como exploratório, sendo utilizado o estudo de caso do grupo Moeda de Troca. Foi classificado como um estudo de caso, por estar vinculado a uma instituição específica, por elaborar diagnósticos, identificar problemas e apresentar análise das atividades de uma determinada organização (Thiollent, 2022).

Em geral, estudo de caso é a metodologia mais indicada quando se busca compreender fenômenos sociais complexos, por permitir a investigação de um caso determinado sob uma perspectiva ampla e realista (Yin, 2015).

Dessa maneira, para atingir o objetivo deste estudo - descrever e analisar as principais características, motivações e desafios de mulheres do grupo Moeda de Troca que embarcaram em um jornada empreendedora -, foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, a entrevista estruturada.

Para Boni e Quaresma (2005), dentre as inúmeras possibilidades de coletar dados para uma pesquisa qualitativa, a aplicação de entrevista estruturada pode fornecer constatações ilustres e originais, visto que serão trabalhados com dados brutos e não dados já sintetizados por outros pesquisadores.

Quanto ao questionário on-line, foi elaborado com base em conceitos e fontes precisas, como autores do tema e documentos existentes e estruturados de forma a responder o objetivo do estudo. Foram extraídos, principalmente, informações publicadas pelas pesquisas GEM (2017; 2019) para a sua confecção.

Mais especificamente, buscou-se verificar: (i) o perfil das mulheres do grupo Moeda de Troca; (ii) inserção da mulher à jornada empreendedora; (iii) dificuldades e motivações durante a jornada empreendedora por mulheres; e, (iv) vantagens e desvantagens do empreendedorismo por mulheres. Após a sua elaboração, foi submetido a avaliação de uma

pesquisadora da área e um pré-teste de 5 mulheres empreendedoras no dia 20/05/2022, para ser aplicado, posteriormente, às mulheres que compõem o grupo Moeda de Troca.

Cabe destacar que, durante o pré-teste não foram identificados erros de conteúdo, questões duvidosas ou qualquer outro tipo de problema que demandasse ajustes no instrumento de coleta de dados.

Mais do que, meramente, levantar dados sobre a amostra, buscou-se criar perguntas que tragam respostas que possam ser interpretadas, contrastadas e problematizadas sob a luz das teorias e documentos existentes. Assim, a realidade das mulheres empreendedoras pode ser, de fato, refletida e considerada como pauta necessária para os tempos atuais.

Foram realizadas entrevistas a partir do mês de junho de 2022, sendo três rodadas, uma a cada 15 dias. No total, 178 mulheres do grupo Moeda de Troca participaram deste estudo. Essas entrevistadas receberam o link do questionário on-line, via WhatsApp, por intermédio da coordenadora do grupo Moeda de Troca.

Após a finalização da coleta, iniciou-se a fase de tratamento dos dados. Para essa fase, priorizou-se uma estrutura de apresentação dos dados seguida pelas principais constatações. Foi nesse momento que o debate sobre as disparidades de gênero foi subsidiado por dados verídicos e atuais, que refletem as condições em que as mulheres empreendedoras estão submetidas.

## **4 Análise de Resultados**

### *4.1 Objeto da pesquisa*

Nascido em maio de 2019, na cidade de Uberlândia-MG, o grupo Moeda de Troca, fundado pelas empreendedoras Lu de Souza e Poliana Bitencourt, surgiu pela inquietude dessas em formar um grupo que

trouxesse mais apoio e colaboração às mulheres que enfrentavam dificuldades ao empreender. O intuito era formar uma rede de mulheres, que pudesse conversar sobre a prática do empreendedorismo, acerca dos aspectos relacionados aos diversos tipos de negócios e, sobretudo, que fosse focado ao empreendedorismo por mulheres.

Dessa forma, surge o Moeda de Troca, com o propósito de criar possibilidades e gerar oportunidades às mulheres do triângulo mineiro e demais regiões, por meio da criação ou reinvenção de modelos de negócios existentes.

O grupo Moeda de Troca, em dois meses de atuação, já contava com 500 mulheres que contribuíam e usufruíam da troca de conhecimentos. Hoje em dia, são mais de 30.000 mulheres empreendedoras impactadas e com negócios que superam a vultosa quantia de 15 milhões de reais gerados pelo grupo (Moeda de Troca, 2024).

Quanto aos serviços prestados, o grupo Moeda de Troca oferece – capacitação, treinamento e desenvolvimento, *workshops*, bazares e plataforma multifuncional para auxiliar na jornada empreendedora de mulheres que empreendem ou que desejam empreender. Além disso, por meio de canais de conexão, *networking* real, encontros e informações relevantes, este grupo impacta, exponencialmente, negócios e vidas.

#### 4.2 O perfil das mulheres do grupo Moeda de Troca

Em relação à caracterização do perfil investigado das mulheres do grupo Moeda de Troca, predominou-se mulheres com idade entre 36 e 45 anos (45,5%). Em uma segunda e terceira posição, predominou-se mulheres com 46 a 55 anos (26,4%) e mulheres com 26 a 35 anos (21,9%). O restante eram mulheres com idade entre 18 a 25 anos e acima de 56.

Tal constatação vai ao encontro dos dados da pesquisa GEM (2023), que diz que a maior adesão da atividade empreendedora é feita por mulheres com 35 anos ou mais.

Outros argumentos apresentados justificam que os homens tendem a ter mais facilidade para encontrar trabalhos nessa faixa etária, enquanto mulheres tendem a encontrar mais dificuldades para consolidar uma carreira profissional, principalmente, por serem constantemente associadas aos papéis segregativos impostos a elas, como o de responsável por trabalhos domésticos, de ser responsável pelos filhos e de ser responsável por cuidar do casamento (Rodrigues; Gaspar; Herlander, 2020).

Em relação aos dados sobre escolaridade, identificou-se que a maior parte das mulheres possuem nível superior completo (34%) e pós-graduação completa (35%). Apenas 0,6% apresentou ensino fundamental incompleto e somente 1% possui apenas o fundamental completo. Cerca de 3,9% têm ensino médio incompleto, enquanto 7,9% possuem a formação completa no ensino médio. E, 5,1% das participantes possuem pós-graduação incompleta.

Apesar da democratização do acesso ao ensino permitir maior inclusão, Oliveira e Dib (2021) chamam atenção para o fato de que a identificação de habilidades e até mesmo o grau de confiança no trabalho de uma pessoa são, em muitas vezes, associados ao gênero. Esse reconhecimento tendencioso ao perfil masculino, que desconsidera a capacidade das mulheres, coopera com a legitimação de um mercado de trabalho sexualmente dividido.

Ainda sobre o perfil das participantes, cabe mencionar que 71,3% alegaram ser casadas. Enquanto 14,6% são solteiras, 1,7% são separadas e 7,9% são divorciadas formalmente. Além disso, 2,7% alegaram estar em vias de separar, são amasiadas (união de coração, sem validade legal) e são bigamas (possuem dois cônjuges ao mesmo tempo).

Em relação aos filhos, 20% das mulheres não possuíam nenhum filho no momento em que os dados foram coletados. As demais tinham, respectivamente: (i) 1 filho, cerca de 29% das mulheres; (ii) 2 filhos, correspondendo a 38% das participantes; (iii) 3 filhos, cerca de 12%; e, (iv) 4 filhos ou mais, apenas 2%.

Diante do exposto, nota-se que a maior parte das mulheres são casadas e que cerca de 85,5% possuem mais de um filho. Tal dado reforça que o perfil de mulher empreendedora encontrado está altamente suscetível a lidar com dificuldades e preconceitos impostos ao gênero, uma vez que elas são associadas a ter mais responsabilidade e comprometimento com os “papéis tradicionais” do que com a sua atuação profissional.

#### *4.3 Inserção da mulher à jornada empreendedora*

Quanto à motivação das mulheres do grupo Moeda de Troca para iniciar a jornada empreendedora, os dados revelam que 73% das participantes responderam que foram por necessidade e apenas 23% que foram por oportunidade. Dentre as necessidades mencionadas, a maior parte, cerca de 42% considerou a necessidade de complementar a renda familiar como principal fator.

Dentre as outras respostas, cabe destacar o desemprego, a frustração com a profissão anterior, a necessidade de ter horários flexíveis de trabalho, a vontade de ter mais autonomia, o interesse em trabalhar com algo que gostasse e a dificuldade para se encaixar no mercado da sua área de formação.

Ainda que a situação econômica vigente nos últimos anos tenha se apresentado instável para todo o Brasil, as premissas encontradas no referencial teórico deste estudo não permitem desconsiderar o fato de que a mulher tende a lidar com diversos empecilhos para a construção de uma carreira profissional que um homem é isentado. As necessidades

mencionadas pelas participantes, que subsidiaram a abertura do negócio, refletem os principais empecilhos encontrados até hoje. Sendo assim, o estímulo à independência financeira da mulher ainda deve ser posto como um compromisso social e histórico.

Tratando-se de planejamento, 55,6% das empreendedoras alegaram terem feito um planejamento para a abertura do seu negócio, enquanto 44,4% disse que seu empreendimento não foi algo planejado. As que realizaram um planejamento mencionaram que tiveram como o apoio: (i) instituições especializadas, como o Sebrae; (ii) consultorias especializadas; (iii) um plano de negócios; (iv) sua própria rede familiar e de apoio; e (v) sua própria iniciativa para buscar informações sobre o setor.

Segundo argumentos apontados no referencial teórico, o empreendedor que busca se planejar tende a diminuir consideravelmente os riscos, fazendo com que o andamento do negócio seja posto em um rumo mais seguro (Schmidt; Bohnenberger, 2009). Sendo assim, considera-se que, apesar da necessidade poder exigir um imediatismo na abertura de um empreendimento, o planejamento não deveria ser dispensado.

Principalmente, pelo fato de o planejamento garantir um conhecimento sobre o mercado e os concorrentes, que é fundamental para definição do escopo do negócio. Assim como planejar os recursos financeiros disponíveis é essencial para o manejo do caixa e equilíbrio entre os custos e lucros obtidos (Dornelas, 2023).

#### *4.4 Dificuldades e motivações durante a jornada empreendedora por mulheres*

Em se tratando das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres do grupo Moeda de Troca durante a jornada empreendedora, evidenciam-se à falta de acesso a investimentos financeiros ou capital, planejamento, experiência no ramo de atuação e de conhecimentos na área

de gestão, como itens de maior destaque. Esses achados têm respaldo na literatura por serem potenciais empecilhos para a ascensão da mulher no mercado empreendedor (GEM, 2023). No que tange ao preconceito oriundo do gênero no empreendedorismo, cabe ressaltar que foi uma dificuldade ainda encontrada por essas mulheres, porém em uma quantidade relativamente menor, o que pode ser um indício de declínio no ambiente empresarial.

Quanto às dificuldades em ser dona do próprio negócio, os dados revelaram que as atribuições postas como parte do papel social desempenhado pela mulher ocupam um espaço significativo nas respostas. Como por exemplo, a majoritariedade de respostas que indicam dificuldades em cuidar das tarefas domésticas e da família. A sobrecarga pessoal e profissional, medo de fracassar e sentimento de culpa por não conseguir conciliar todas as tarefas foram outros itens significativos, bem como à dificuldade de se organizar financeiramente e gerir os meios de divulgação do empreendimento.

Assim, esses achados são corroborados pelos estudos de Denora e Machado (2017) e Yu e Cui (2019), os quais evidenciaram a situação de desvantagem na sociedade para a ascensão da mulher no mercado de trabalho é inteiramente associada às práticas sociais que se reproduzem de forma estrutural na sociedade. Dessa maneira, as dificuldades voltadas para a sobrecarga, o medo e o sentimento de culpa podem ser inteiramente associados com uma cultura segregacionista que alimenta esses sentimentos ao longo de toda a vida da mulher.

Sobre as estratégias de gerenciamento dessas dificuldades, os dados indicam o uso do espaço domiciliar como ambiente de trabalho e a flexibilização do tempo de trabalho. Ao considerar que a maior parte das mulheres empreendedoras investigadas são casadas e possuem filhos, foi unânime de que essas precisam de uma rede de apoio para exercer todos os papéis que lhes são atribuídos.

Dessa maneira, ter alguém para ajudar a cuidar dos filhos e o compartilhamento de trabalho da empresa com sócios e funcionários são estratégias adotadas para se ter uma rede de apoio eficaz. Ademais, ainda que não tenham filhos, o papel doméstico imposto à mulher também contribui com a necessidade de aderir estratégias que permitam maior praticidade para a execução dos encargos domésticos concedidos pela sociedade patriarcal, como morar perto do trabalho ou até mesmo trabalhar de home office.

Em relação às motivações para seguir a jornada profissional no empreendedorismo, foi solicitado às mulheres empreendedoras investigadas que atribuíssem um grau de intensidade de 1 a 5 (sendo 1, de baixa intensidade, e 5 de alta intensidade) em possíveis motivações. Como resultado, destacam-se: a busca por flexibilização do tempo de trabalho, a necessidade de aumentar a renda familiar, possibilidade de conciliar a rotina de trabalho e da família, independência financeira e maior autonomia. Enquanto itens como, influência familiar e de amigos, formação na área de atuação e experiência prévia no ramo empreendedor, foram atribuídos níveis de intensidade baixos.

Esses dados evidenciam a grande preocupação da mulher em praticar um ato laboral que permita que ela consiga conciliar com as suas atividades familiares. Tal fato permite constatar, até certo ponto, que o mercado de trabalho não vem se mostrando como um espaço acolhedor e propício para o desenvolvimento profissional da mulher, uma vez que ela tende a buscar alternativas que a permita participar da rotina familiar. Para Julião, Dib e Oliveira (2021) a conjuntura social, política e econômica brasileira ainda é opressora e excludente, pois, apesar de ter tido uma evolução nas legislações, a mulher tende a ser menos remunerada e ter menos compreensão quando precisa conciliar seus outros papéis, como se fazer presente em reuniões de pais da escola, por exemplo.

#### *4.5 Vantagens e desvantagens do empreendedorismo por mulheres*

Tratando-se das vantagens percebidas pelas mulheres do grupo Moeda de Troca sobre o empreendedorismo, foi perceptível que o reconhecimento como um indivíduo não inferiorizado pelo gênero masculino faz-se muito presente nos benefícios valorizados por essas.

Com base nos dados, nota-se uma grande associação de fatores que envolvem satisfação individual e reconhecimento. Houve destaque para os itens: vontade de vencer, independência financeira, sentimento de realização, aprendizagem e melhora da autoestima. Essa constatação vai ao encontro dos estudos de Rodrigues, Gaspar e Herlander (2020), que apontam que, além da obtenção de renda, muitas mulheres têm buscado o empreendedorismo para alcançar identificação pessoal e realização.

Por último, as desvantagens apontadas por essas empreendedoras ressaltam as características de risco e incerteza que fazem parte do empreendedorismo. Ao se tratar de empreendedorismo por mulheres, os riscos podem ser ainda mais acentuados porque carregam o preconceito atrelado à capacidade intelectual da mulher.

Além do preconceito e receio com o fato de não lidar com renda fixa neste modelo de negócio, cabe destacar as respostas relacionadas com preocupações referentes à cobrança pessoal, sobrecarga de tarefas, medo dos filhos não estarem sendo bem cuidados e medo da casa não estar sendo bem administrada. Ainda que muitas das desvantagens apontadas sejam convencionais para empreendedores por conta das características do modelo de negócio que estão inseridos, cabe reiterar a presença de desvantagens que são associadas ao perfil feminino.

Sendo assim, faz-se perceptível que, por conta do papel social da mulher atribuído pela sociedade patriarcal, até hoje a mulher lida com mais pressão, sobrecarga e cobrança.

## 5 Considerações Finais

Para explicitar o contexto da mulher empreendedora, por meio do grupo Moeda de Troca, foi preciso considerar espaços que vão além do dedicado à vida profissional, mas que envolvem a sua participação no dia a dia. Notou-se, principalmente, que a concessão de papéis pela sociedade não permite que a pauta do empreendedorismo por mulheres se concentre na vida profissional dessas, uma vez que as responsabilidades domésticas e maternais interferem diretamente em suas rotinas de trabalho.

Ainda que o homem tenha que lidar com obrigações do lar e de cuidado aos filhos, a literatura analisada aponta que não ocorre na mesma proporção. Mesmo com a equiparação legislativa, aspectos culturais manifestados por meio de práticas sociais fazem com que a mulher tenha mais responsabilidades com a família, mais obrigações com os cuidados da casa e menos voz em espaços profissionais. O estudo evidenciou que a atividade empreendedora, ainda que inundada por riscos e desafios, permite que a mulher tenha mais autonomia e liberdade para se desenvolver.

Constatou-se que a maior parte das mulheres do grupo Moeda de Troca buscou o empreendedorismo como alternativa viável para obtenção de maior independência financeira e flexibilidade de horários. Um percentual majoritário também mostra que muitas dessas possuem níveis de escolaridade além do básico, incluindo pós-graduação. Tal dado deixa indícios de que o maior acesso à educação por mulheres ainda não garante igualdade no mercado de trabalho, fazendo com que elas busquem alternativas que permitam ter maior liberdade, renda e satisfação profissional.

Pontuou-se dificuldades associadas à sobrecarga de tarefas, à falta de apoio, ao preconceito e ao medo de fracassar. Dentre as desvantagens do empreendedorismo, tiveram destaques itens como o estresse da rotina intensa, a falta de tempo e o medo dos filhos não estarem sendo bem cuidados. Isso evidencia aspectos que ultrapassam as particularidades do

modelo de negócio, já que é relacionado com o gênero e com empecilhos motivados pela disparidade.

No entanto, as vantagens e estratégias para superar as dificuldades mostraram que essas têm ocupado um espaço de desenvolvimento profissional e pessoal propiciado pelo empreendedorismo. Houve destaque às respostas que envolvem a melhoria da autoestima, realização profissional, aprendizado e maior qualidade de vida, ocasionada pela possibilidade de flexibilização de horários na rotina laboral.

Em suma, pode-se concluir que o estudo reflete falhas de um sistema patriarcal que ainda prevalece e não irá desenraizar da sociedade de forma imediata. Trata-se de uma mudança cultural que precisa ocorrer em várias esferas da sociedade, tal como a econômica, social e educacional. Por isso, faz-se extremamente necessário que a desigualdade de gênero seja posta como compromisso socialmente compartilhado e como prioridade nas agendas de líderes governamentais.

Quanto às contribuições teóricas, a descrição das características, motivações e desafios de mulheres na jornada empreendedora aprofundam o conhecimento existente sobre o empreendedorismo, a partir de uma perspectiva de gênero, como o realizado neste estudo, o qual necessita de avanços na literatura. Trazendo-se esse aprofundamento de conhecimento, por meio da análise da teoria com a realidade de um grupo de mulheres empreendedoras do Triângulo Mineiro, é possível gerar subsídios para o desenvolvimento de teorias, ou mesmo adaptá-las frente às mudanças que ocorrem no empreendedorismo.

Em relação às contribuições gerenciais, ao considerar os esforços de governantes para desenvolverem políticas públicas que atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030, em específico ao ODS 5 - Igualdade de gênero, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (ONU, 2024), os resultados aqui obtidos, tornam-se relevantes para melhor compreensão do assunto a fim de

tornar a gestão empreendedora cada vez mais acessível à mulher que necessita transpor barreiras visíveis e invisíveis provenientes de um sistema patriarcal que reproduz práticas e comportamentos segregacionistas.

Por conseguinte, esta pesquisa fornece insights, tanto para gestores, quanto para atores institucionais que almejam estimular o empreendedorismo por mulheres como ferramenta de empoderamento e desenvolvimento - cultural, econômico e social. Nota-se que o empreendedorismo por mulheres se apresenta como uma solução valiosa para transformar o ambiente de negócios e representa uma oportunidade crucial de acesso à renda para mulheres que residem em áreas remotas e marginalizadas.

Embora existam semelhanças em algumas regiões brasileiras e seus desdobramentos sobre o empreendedorismo por mulheres, ainda, assim, podem existir diferenças entre o grupo de mulheres estudado nesta pesquisa quando comparado ao de outra região do país. Sendo assim, como investigou-se, neste estudo, exclusivamente um único grupo, não mensurando outras realidades de mulheres empreendedoras, não se pode generalizar os achados desta pesquisa para todo o empreendedorismo por mulheres.

Portanto, sugere-se que pesquisas futuras ampliem os resultados aqui encontrados e utilizem outros métodos para estudar o fenômeno investigado, como por exemplo, aplicação de um grupo de foco para se obter dados com maior profundidade. Isto é, avançar em pesquisas sobre empreendedorismo por mulheres, já que trata-se de um tema pouco explorado na literatura, quando se refere a um determinado grupo de mulheres que se unem para compartilhar conhecimentos sobre a educação empreendedora. Além disso, recomenda-se que os resultados obtidos neste estudo sirvam de parâmetro para o desenvolvimento de pesquisas similares, por meio de outros grupos de mulheres, realizando-se estudos multicaseos.

## Referências Bibliográficas

Almeida, I. C & Gomes, A. F (2011). Comportamento estratégico de mulheres empresárias: estudo baseado na tipologia de Miles e Snow. In: Encontro da ANPAD, 35, Rio de Janeiro: ANPAD;

Andrade, S. R. (2010). “Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso!”: trajetórias, identidades e representações de mulheres executivas. In: X Encontro Nacional de História Oral, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife;

Arantes, F. I. S. (2010). A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Belo Horizonte.

Baseggio, J. K. & Silva, L. F. M. (2015). As condições femininas no Brasil Colonial. Revista. Maiêutica, v.3, n.1, p.19-30.

Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005) Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista. Em Tese, v.2, n.1, p.68-80.

Burns, E. M. N. (1977). História da Civilização Ocidental. 21ed. Porto Alegre: Globo.

Campobiano, L. (2015). Tratamento da Mulher no Código Civil de 1916 e no de 2002. JusBrasil, v.3, n. especial.

Canezin, C. C. (2004). A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. Ver. Jurídica Cesumar, v.4, n.1.

Castro, M. (2014). Empreendedorismo criativo. Recife: Portifólio.

Denora, E. M. & Machado, E. D. (2017). Direitos das mulheres como inclusão social de minorias a partir da teoria geral dos direitos fundamentais. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v.33, n.2, p.119-134.

Dornelas, J. (2023). Empreendedorismo - Transformando ideias em negócios. 9 ed. São Paulo: Atlas.

Dornelas, J. (2019). Empreendedorismo para Visionários - Desenvolvendo Negócios Inovadores para um Mundo em Transformação. 2 ed. São Paulo: Empreende.

Fernandes, K. A. D. (2019). Empreendedorismo feminino: análise de perfil de mulheres empreendedoras no Brasil. Revista Cosmopolita em Ação, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.1-11.

Freitas, M. V. P. & Costa, M. M. M. (2020). A desconstrução do conceito de mulher-família para mulher-para-si: Uma análise sobre a (re)inclusão das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho contemporâneo. *Argumenta Journal Law*, n.32, p.297-316.

Gitahy, R. R. C. & Matos, M. L. (2008). A evolução dos direitos da mulher. *Colloquium Humanarum*, v.4, n.1, p.74-90.

Global Entrepreneurship Monitor - GEM. (2017). Relatório de 2017 sobre o Empreendedorismo no Brasil. Brasília: SEBRAE. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf)>.

Global Entrepreneurship Monitor - GEM. (2019). Relatório de 2019 sobre o Empreendedorismo no Brasil. Brasília: SEBRAE; IBQP. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>>.

Global Entrepreneurship Monitor - GEM. (2023). Relatório de 2023 sobre o Empreendedorismo no Brasil. Brasília: SEBRAE; IBQP. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/06/BR-RT-Sexo-2023-2024-v2.pdf>>.

Hisrich, R. D; Peters, M. P & Shepherd, D. A. (2009). Empreendedorismo. Tradução Teresa Felix de Souza. 7ed. Porto Alegre: Bookman.

Julião, H. V. & Dutra, N. H. (2020). Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado. *Temporalis*, Brasília, v.20, n.40, p.201-214.

Julião, H. V.; Dib, A. M. & Oliveira, L. T. (2021). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as formas de enfrentamento alicerçadas na OIT. *Brazilian Journal of Development*, v.7, n.3, p.24482-24499.

Kapinga, A. F.; Montero, C. S. & Mbise, E. R. (2019). Mobile marketing application for entrepreneurship development: Codesign with women entrepreneurs in iringa, tanzania. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, v.85, n.2, p.1-15.

Landström, H.; Harirchi, G. & Aström, F. (2012). Entrepreneurship: exploring the knowledge base. *Research Policy*, v.41, p.1154-1181.

Lima, J. M. et al (2021). Empreendedorismo como aporte para o empoderamento econômico feminino. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v.17, n.48, p.251-266.

Machado, F. B. (2012). Dilemas de Mulheres Empreendedoras em Empresas Inovadoras Nascentes. In: Encontro da ANPAD. 36, Rio de Janeiro, 2012. Rio de Janeiro: ANPAD.

Matos, M. I. S. (2005). *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: Edusc.

Menezes, M. S. (2018). LGBT e o mercado de trabalho: uma trajetória de preconceito e discriminações. *Conquer – Conferência Internacional de Estudos Queer*.

Micozzi, A. & Lucarelli, C. (2016). Heterogeneity in entrepreneurial intent: the role of gender across countries. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, v.8, n.2, p.173-194.

Miranda, M. G. G. P. (2013). *O Estatuto da Mulher Casada de 1962*. 2013. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Moeda de Troca. (2024). *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.clubemoedadetroca.com.br/quemsomos/>>.

Oliveira, L. T. & Dib, A. M. (2021). Quebrando o “teto de vidro”: a ascensão das mulheres no mercado de trabalho à luz das políticas e convenções da OIT. *Revista Inclusiones*, v.8, n.4, p.15-35.

Organização Das Nações Unidas (ONU). (2024). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasil*. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v.18, n.36, p.15-23, jun.

Rodrigues, A. S. M.; Gaspar, L. C. S. & Herlander, D. R. R. (2020). Fatores críticos relacionados ao empreendedorismo feminino. *Espacio Abierto*, v.30, n.1, p.75-96.

Schmidt, S. & Bohnenberger, M. C. (2009). Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional. *RAC*, v.13, n.3, p.450-467.

Strobino, M. R. C. & Teixeira, R. M. (2014). Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho-Família: estudo de multicasos no setor da construção civil da cidade de Curitiba. *Revista Administração USP*, v.49, n.1, p.1-18.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

Yu, H.; Cui, L. (2019). China's e-commerce: empowering rural women? *The China Quarterly*, Cambridge University Press, v. 238, p. 418–437.

Recebido em janeiro de 2025.  
Aprovado em Janeiro de 2026